

**ATA DA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Um bom-dia especial à diretoria e aos membros da Fetems que nos visitam hoje — daqui a pouco teremos a fala da presidente. Obrigado pela presença. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência da deputada Mara Caseiro, em virtude de agenda externa (CI 059/2025). Com a palavra o senhor segundo-secretário para a leitura da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. Bom dia, professores, servidores da educação aqui presentes. É sempre uma alegria aqui na Casa receber os profissionais da educação. Quero saudar também a diretoria da Fetems, na pessoa da sua presidente, a professora Deumeires. *“Ata da Nonagésima Oitava Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Dezenove da Nonagésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 124/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 120/25 da Fundação Nacional de Saúde; Ofícios nºs 2.101 e 2.102/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; E-mail do segundo-tenente PM Rodolfo Siqueira Cardoso. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Gleice Jane, Junior Mochi, Roberto Hashioka, Professor Rinaldo, Gerson Claro, Lia Nogueira, Renato Câmara, Mara Caseiro, Zé Teixeira e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Resolução nºs 104 e 123/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Lei nº 177/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 206/2025, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Lei nº 209/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de João*

Augusto Albuquerque Soares; requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Gleice Jane e Zeca do PT, endereçada aos familiares de Militino Domingos de Arruda; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Luiz Apolônio da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao primeiro-sargento QPPM Cleber Daniel de Oliveira e à guarnição da Polícia Militar, composta pelo SGT Couto e pelo SD Marcelo, pela notável e corajosa intervenção que impediu a consumação de um provável homicídio na cidade de Campo Grande/MS, em 30 de agosto de 2025; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Coronel David, Lidio Lopes, Gleice Jane, Lia Nogueira, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Mara Caseiro, Paulo Duarte e Roberto Hashioka.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem a queira impugnar, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Bom dia, professores. Cumprimento a presidente da Fetems. Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de outubro de 2025: Ofício nº 114/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando aprovação, com ressalvas, do Termo de Compromisso nº 0754/2008 - Sistema de Esgotamento Sanitário - Bela Vista/MS (Prot. nº 4158/2025); Ofício nº 124/2025, da Fundação Nacional de Saúde, comunicando o encerramento do TC/PAC nº 755/2008 – Sistema de Abastecimento de Água – Tacuru/MS (Prot. nº 4157/2025); Ofício nº 4.898/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3163/2025); Ofício nº 486/2025, da Prefeitura Municipal de Bodoquena, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); Ofício nº 190/2025, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025); E-mail da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3836/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, considerando a presença dos professores e da direção da Fetems, que solicitou o uso da tribuna para a apresentação de uma carta de reivindicações, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência (mediante consulta aos nobres pares) que suprimíssemos o Grande Expediente da sessão

para adiantar a manifestação da professora Deumeires, senão ficaremos aqui até muito tarde. Acho razoável, porque assim podemos aproveitar melhor a expressiva presença aqui de professores de todos os municípios do estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço também a visita da Deumeires, presidente da Fetems (e de sua diretoria) na sala da presidência hoje. Vamos fazer o Pequeno Expediente e, ato contínuo, já submeto ao Plenário o pedido. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente, demais membros da mesa, bom dia, nobres pares. Meus cumprimentos aos professores presentes, à Fetems, de maneira especial — uma salva de palmas [aplausos]... Parabéns pela mobilização. Senhor presidente, trago aqui um requerimento extremamente importante, à luz daquilo que estamos vendo hoje em Campo Grande. Campo Grande ontem acordou perplexa com a paralização parcial dos serviços de transporte coletivos, feitos pelo Consórcio Guaicurus, decorrente de uma série de distorções ocorridas nesse contrato e, especialmente, diante da inadimplência da Prefeitura Municipal de Campo Grande, junto a essa empresa, no valor de 9,5 milhões de reais, situação que deixa à beira do colapso — vejam que estou pesando bem as palavras, eu disse *colapso* — o transporte coletivo de Campo Grande a partir de segunda-feira. Causou-me muita estranheza, senhor presidente, uma nota da prefeita Adriane Lopes difundida pela imprensa dizendo que "a Prefeitura de Campo Grande está rigorosamente em dia com o Consórcio Guaicurus". Ora, segundo informações que temos, isso não corresponde à verdade. O passe do servidor, que é recolhido pela prefeitura e repassado ao consórcio como remuneração pelo serviço prestado, não está sendo pago desde junho. E os valores relativos ao subsídio do transporte dos estudantes — estaduais ou municipais, pouco importa — têm de ser pagos, por obrigação contratual, pela prefeitura: é a Prefeitura de Campo Grande a responsável pelo contrato, ela é a gestora plena, ela é a contratante. E o Governo do Estado não consegue fazer o pagamento, uma vez que a prefeitura está no Serasa. Então, como a prefeitura não pagou suas contas e, portanto, não tem uma certidão, o Governo do Estado, ainda que queira, não consegue repassar. Lembrando que, como não é obrigação, trata-se de mera liberalidade do governo, que quis ajudar a prefeitura. Então, para que possamos entender com clareza o que está acontecendo, trago esse requerimento de informações. Requeiro a Mesa Diretora, nos termos do artigo 171, XVII, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, solicitando as seguintes informações relativas às obrigações financeiras da prefeitura perante o Consórcio Guaicurus, responsável pela operação do transporte coletivo urbano no município: 1) Se a Prefeitura Municipal de Campo Grande se encontra em dia com os pagamentos e repasses contratuais devidos ao Consórcio Guaicurus; 2) Em caso negativo, informar o valor total dos débitos existentes, discriminados por competência e natureza da obrigação (subsídios, repasses, compensações, entre outros); 3) Que esclareça as razões pelas quais o Município

não detém certidões fiscais regulares, indicando quais certidões se encontram vencidas e quais providências administrativas foram adotadas para sua regularização; 4) Situação do passe dos servidores públicos municipais: informar se os repasses referentes ao benefício estão sendo realizados de forma regular; 5) Situação do passe dos estudantes: informar se os repasses destinados ao passe estudantil se encontram atualizados, especificando valores, competências e eventuais pendências. Justificativa: o presente requerimento decorre de declarações oficiais da Prefeitura Municipal de Campo Grande, segundo as quais os repasses ao Consórcio Guaicurus estariam "rigorosamente em dia", ainda que o sistema de transporte coletivo da Capital tenha enfrentado, no dia 22 de outubro de 2025, paralisação parcial entre 5h e 6h30, em razão de atrasos no pagamento de salários dos motoristas e cobradores, e esteja sob o risco iminente de greve geral. A situação tem causado grande apreensão à população campo-grandense, especialmente a estudantes e trabalhadores que dependem diariamente do transporte público para se deslocar até escolas, universidades, postos de saúde e locais de trabalho. A interrupção ou precarização do serviço impacta diretamente o direito constitucional à educação, à mobilidade e à dignidade da pessoa humana. Considerando que os repasses ao Consórcio Guaicurus envolvem recursos públicos e refletem diretamente na qualidade e na continuidade do serviço, é imprescindível garantir transparência e segurança quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da prefeitura, bem como quanto à adoção de medidas que assegurem a regularidade dos pagamentos e a prestação adequada do transporte coletivo à população. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, apenas para apresentar uma indicação, à senhora Viviane Luiza da Silva, secretária de Estado da Cidadania, solicitando providências urgentes para reformar as residências danificadas na aldeia Jarará, localizada no município de Juti, em razão do temporal que atingiu a comunidade nos últimos dias. O forte temporal que atingiu o município de Juti recentemente causou graves danos à infraestrutura da aldeia Jarará, deixando diversas famílias indígenas desabrigadas e em condições precárias de moradia. A prefeitura vem prestando auxílio emergencial, porém enfrenta restrições de recursos e estrutura para atender de forma plena à situação. Diante desse cenário, torna-se indispensável a atuação do Governo do Estado para colaborar com a recuperação e com a reforma das residências afetadas, garantindo dignidade, segurança e qualidade de vida aos moradores da comunidade. Era o que tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Um cumprimento especial aos professores que lotam o plenário da Casa, numa manifestação justa. Senhor presidente, tenho aqui uma moção de congratulação

endereçada ao doutor Alexandre Magno Benites de Lacerda, pela sua nomeação, por parte do Presidente da República, para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para o biênio 2026 /2028, conforme publicação no Diário Oficial da União de 8 de setembro de 2025, com posse prevista para 6 de fevereiro de 2026. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, como tinha comunicado a Vossa Excelência, na terça-feira, anteontem, passei o dia todo em Brasília em várias audiências com ministros do presidente Lula. Na última delas, no final da tarde, tive a oportunidade de conversar com o ministro Fernando Haddad, tratando de recursos necessários para, ainda este ano, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário trabalharem para assentar em torno de quatro mil famílias que lutam por terra, portanto pela reforma agrária, em Mato Grosso do Sul. E fiquei impressionado, senhor presidente, colegas, demais presentes, quem nos assiste, com o homem que encontrei, Paulo Corrêa, um ministro com a autoestima lá em cima, absolutamente motivado, falando dos números, Pedro Kemp, que, ao longo desses três anos do governo do presidente Lula, do Lula III, este país graças a Deus conquista. Haddad me falou da taxa de desemprego: vamos fechar o ano com uma das menores da história. Haddad falou sobre o PIB, vamos fechar 2025 com um dos maiores crescimentos, isso considerando os países mais ricos do planeta: 2,5% de crescimento. Haddad me falou entusiasmado da taxa de inflação, vamos fechar o ano com a menor inflação das últimas décadas. Falou sobre as reservas cambiais: o Brasil fecha o ano batendo, aproximadamente, senhor presidente, 350 bilhões de reservas cambiais em dólar, e já começa a fazer reservas também nas moedas russa e chinesa — na medida em que Lula propõe uma nova moeda para intermediar as relações comerciais, para aqueles que não se subordinam ao império americano. Haddad me falou também sobre a balança comercial, que, mesmo depois do tarifaço americano, continua crescendo. E Lula, bom viajante, encontra-se agora de novo nos países da Ásia, tratando de abertura de mercado para as *commodities* brasileiras. Como disse, presidente, saí de lá entusiasmado e fiz questão de dividir meu entusiasmo com Vossa Excelência, com os pares; saí de lá impressionado com os números que o país conquista, depois do desastre dos quatro anos do governo anterior. Agora, diz Haddad, é continuar trabalhando — pela tributação das grandes fortunas, dos bilionários, que não pagam impostos, e têm de pagar; e, em segundo lugar, trabalhar para conquistar uma nova jornada de trabalho. A história da jornada seis por um é quase que escravidão, e nós temos de conquistar uma nova relação de trabalho neste país. Brasil no rumo certo! É o governo Lula mudando o Brasil para os menores, valorizando a educação, melhorando a saúde e construindo um novo momento para o país! Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte... Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Junior Mochi: sete indicações (Prot. nºs 4156/2025, 4154/2025, 04101/2025, 04102/2025, 4103/2025, 04104/2025, 4105/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 04100/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 04162/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: um requerimento (Prot. nº 4164/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de pesar (Prot. nº 04163/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 04149/2025, 04148/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 04150/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4151/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 04161/2025, 4160/2025, 04159/2025).). Consulto o Plenário sobre a suspensão do Grande Expediente. Os deputados que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Está então suprimido o Grande Expediente. Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Quero falar rapidamente (terça-feira que vem vou abordar o tema com mais detalhes) de um assunto que interessa a todos aqui, principalmente considerando esse plenário cheio de professores, que é o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro. Estou sendo procurado pelas classes que representam, principalmente, as pessoas com deficiência, e o fato é que o decreto preocupa bastante, porquanto vai excluir da matrícula regular, em escolas especializadas, os alunos com deficiência (somente poderão atendê-los no contraturno); e há várias outras questões delicadas: formação com carga mínima de oitenta horas (era de 240); situações que podem tirar o BPC [Benefício de Prestação Continuada] das famílias, porque muitas vezes a criança especial não terá condições de frequentar regularmente as aulas... Às vezes é um professor para atender seis alunos especiais, e isso é complicado, pois um só aluno já demanda muita atenção, até mesmo de saúde, quer dizer, às vezes o aluno requer atenção em tempo integral... Eu vejo que o Governo fez uma atrocidade com essas famílias, buscando uma redução de despesas, buscando tirar delas o BPC, buscando reduzir o pagamento do professor especializado. Hoje, um professor recebe cinco mil, e um professor com oitenta horas vai receber menos, cerca de dois mil e poucos reais de salário. O Governo não está no rumo certo, está num rumo muito errado! Está tirando do povo, está tirando dos deficientes, está tirando das famílias e tirando do professor. Discordo totalmente do ex-governador Zeca do PT: o Governo está um desastre! está tirando o direito das crianças especiais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrarmos e agradecemos a presença da senhora Deumeires Batista de Moraes, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems); da Ana Cláudia Gomes, coordenadora-geral do Fórum dos Servidores; da Naina Dibo, presidente da associação Prodtea [Associação de Pais Responsáveis Organizados pelas Pessoas com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista]; do César Moreth, vereador do município de Paranaíba; e da Eliete Feitosa, vereadora de Mundo Novo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Antes que a presidente da Fetems chegue para fazer uso da tribuna, gostaria de cumprimentar os professores presentes e dizer que ontem representei esta Casa na formatura do Ensino Médio Normal de quatro escolas da nossa cidade: do Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima, do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria de Lourdes Vidal Roma, lá da Moreninha III, da Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes e da Escola Estadual Professora Fausta Garcia Bueno, lá do Coophasul. Quero cumprimentar o professor Davi, superintendente dos cursos técnicos, e a professora Márcia, coordenadora-geral. Pois ontem tivemos essa festa maravilhosa ali no Murano [Gran Murano Buffet]... É uma satisfação ver — num momento em que cada vez menos gente se sente atraída pelo magistério (falta de infraestrutura, etc.) — quatro escolas formando professores habilitados para dar aula nas séries iniciais, da pré-escola ao quinto ano. A gente fica feliz com isso, pois só através da educação é que podemos mudar o país. Quero então cumprimentar a Deumeires e, em seu nome, a toda a equipe da Fetems, todos os professores, os administrativos também. Fiquem todos sabendo da nossa solidariedade nas demandas de vocês. É o que tinha, senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a verificação de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete deputados presentes, havendo portanto quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei Complementar nº 003/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, com o objetivo de ampliar as hipóteses de lotação dos integrantes da carreira de Delegado de Polícia de Classe Especial." A redação final elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 003/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos sim, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2025. Autora: deputada Gleice Jane. "Inicia o processo de registro das línguas indígenas faladas no Estado de Mato Grosso do Sul como patrimônio cultural imaterial." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a autora, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Esse projeto, que declara as línguas indígenas faladas no Estado de Mato Grosso do Sul patrimônio cultural imaterial, é um passo importante no rumo da valorização da diversidade e da cultura dos povos indígenas. Eles foram os primeiros povos do estado e suas línguas as primeiras faladas por aqui também. Além de reconhecê-las como patrimônio, precisamos também valorizar essas línguas. Agradeço aos colegas que concordam com esse projeto, que entendem a necessidade de darmos um passo adiante na valorização de um povo que luta pela resistência da sua cultura, do seu modo de vida, fatores importantes para o fortalecimento do estado e para a proteção do meio ambiente. É um reconhecimento importante não só para os povos indígenas, também o é para nós, e para a educação escolar indígena... Aliás, os professores da educação escolar indígena estão também numa luta para que haja concurso público específico para dar aula nas escolas indígenas, justamente para a valorização dessa cultura, dessas línguas. No mais, quero dizer que me somo aos professores em sua luta em prol da educação básica. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para declarar o voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Declaro meu voto favorável e cumprimento a colega Gleice pela importância do projeto. Mato Grosso do Sul tem, com efeito, esse inestimável patrimônio que é a cultura indígena, as línguas indígenas — algumas, infelizmente, em processo de extinção. Uma de nossas grandes preocupações é o direito dessas comunidades a uma alfabetização em língua materna, em língua nativa, isto porque iniciar a alfabetização dessas crianças, nas aldeias, em português, é incorrer no chamado aculturamento, processo que a meu ver é uma espécie de agressão a essa cultura. É lógico que essas crianças têm também o direito de aprender o português, mas têm o direito maior ainda de ser alfabetizadas em sua língua de origem, porque esse é um patrimônio de Mato Grosso do Sul, que nós agentes do Estado temos de ter a inteligência de preservar e de respeitar. Parabéns pela iniciativa, deputada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o seu voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deputada Gleice, parabéns pelo projeto, medida importante para que possamos dar o próximo passo, que será o registro de todas as línguas do estado que estão morrendo. Há certas etnias hoje com não mais do que

trinta, quarenta pessoas, e, se não se fizer urgentemente o registro dessas línguas, todo o conhecimento que esse povo adquiriu ao longo de séculos será perdido. No meu entender, portanto, o advento desse projeto já coloca no horizonte do Governo do Estado a possibilidade do registro das línguas dos povos originários. Parabéns. Meu voto é sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Queria parabenizar também a deputada Gleice pelo projeto. Vejam que três anos atrás, faleceu a última anciã que falava guató. Existe hoje um trabalho de pesquisa para tentar resgatar, registrar essa língua, que foi falada ali no Pantanal, na comunidade indígena guató... Mas infelizmente, com a morte dessa anciã, a língua está extinta. Nas comunidades guarani-kaíowá as crianças ainda são alfabetizadas em guarani, fala-se muito guarani nas comunidades indígenas. Nas comunidades terenas a língua autóctone está ainda bastante preservada... Mas falta, por exemplo, material didático, para que as escolas possam exercitar a alfabetização e a fala — porque muitas crianças vão deixando de falar no dia a dia. Cito também a comunidade ofaié, que fica no município de Brasilândia, cuja língua está também quase em extinção, mas que a escola se esforça para recuperar e registrar. Acho muito importante o incentivo para que essas línguas continuem sendo faladas, até porque o Brasil reconhece o direito dos povos indígenas a falar sua língua materna. Inclusive lembro de um fato acontecido em Campo Grande: uma diretora de escola proibiu dois alunos guaranis de falar guarani dentro da escola... Porque achavam que eles estavam falando mal da professora, dizendo coisas que não deveriam dizer, e esses alunos, constrangidos, acabaram deixando a escola. Então, acho que o Estado precisa reconhecer essas línguas, precisa valorizar essa diversidade cultural, e o projeto é importante nesse sentido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2025, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 214/2025. Autor: deputado Lucas de Lima e deputado Paulo Duarte. "Denomina (...) a Rodovia MS-184 (trecho da Estrada Parque), entre o entroncamento com a MS-228 (Curva do Leque) e o entroncamento com a BR-262 (Buraco das Piranhas), no município de Corumbá." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, se Vossa Excelência me permitir, eu gostaria, com relação ao debate do projeto anterior, de contar uma história que se passou comigo, lembrando que sou nascido em Porto Murtinho e relativamente falo guarani. Corria o final do meu primeiro governo, em 2002, e recebi aqui a última visita do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e fomos ao Pantanal inaugurar o programa do Novilho Precoce. E o Fernando Henrique, grande parceiro, amigo, mesmo de outro partido, convidou-me para ir com ele no helicóptero, e no voo daqui até o Pantanal lembrei que não tinha tido o cuidado de comprar um presente para o presidente. O Fernando Henrique, cansado, entrou no helicóptero e dormiu. Mais tarde chegamos à fazenda do Almir Sater, onde era a solenidade; aí, quando chegou minha vez de falar, eu comecei me dirigindo ao Fernando Henrique: — "Presidente, você já esteve muitas vezes aqui, sempre me prestigiou, tenho pelo senhor um enorme carinho, eu sei que o senhor está no final do seu governo, então gostaria de lhe dar um presente diferente. Eu que já lhe dei bem-te-vi, que já dei tuiuiú, que já dei onça pintada, que já lhe dei tudo que é símbolo do Pantanal, trouxe para o senhor um presente diferente." Tirei do bolso um pacotinho de couro e contei para ele a seguinte história: — "Aqui dentro tem uma pena de caburé." Caburé é um pequeno passarinho do Pantanal que, conta a lenda, se pegar, levantar a asinha e tirar uma pena, te dá sorte." O caso é que um belo dia, deambulando pelas trilhas do Pantanal lá em Porto Murtinho, encontrei um velho índio que me disse: "Zeca, eu gosto muito de você e queria te dar um presente para te ajudar na tua vida." Era o caburé... Aí eu falei "presidente, isso eu nunca dei para ninguém, isso tem vinte anos, é um presente para o senhor que está terminando seu governo. Agora, para dar sorte, é preciso recitar um verso". E recitei o verso em guarani, a imprensa nacional estava lá... Dizia assim: [trecho em guarani]. Aí entreguei a pena de caburé para ele, a imprensa me procurou e já foi me indagando: — "Governador, o que que você falou ali?" Eu falei um verso em guarani para dar sorte, que diz o seguinte: "Pequeno caburé, passarinho encantador, eu quero o teu feitiço para poder namorar." Não era o caso do presidente nem o meu, porque dona Ruth (então viva) e dona Gilda não iam aceitar... mas dá sorte de qualquer jeito. Passaram-se uns quinze dias, estava no gabinete, toca o telefone, eu vou atender, é o Lula: — "Zeca, que que cê fez aí com o Fernando Henrique?" — "Dei uma pena de caburé pra ele, mas a sua eu guardei para o senhor." — "Eu não quero, estou com o Marconi Perillo aqui em Goiás e ele já me deu o passarinho inteiro." Essa é a história do caburé. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não é lenda, deputado... Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 214/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de lei que atribui o trecho da Estrada Parque o nome "Rodovia Luiz Otávio Carneiro". Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 018/2024. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Dispõe sobre obrigação de destinação de parte do imposto de renda devido pelas empresas que gozem de benefício ou incentivo fiscal no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme instrumentos pactuados, nos casos que especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01, às Emendas Supressivas 02 e 03 e à Subemenda Aditiva 04, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Declaração e voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o autor, deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, quero ressaltar a importância desse projeto. O primeiro projeto que aprovei nesta Casa Legislativa era a primeira versão dessa lei. O que estabelece o presente projeto? Mato Grosso do Sul é um estado bastante generoso na concessão de incentivos fiscais, boa parte dessa prosperidade que estamos vivendo deve-se a esses incentivos que nos permitem, dentro dessa guerra fiscal, lutar para conseguir trazer para cá grandes empreendimentos. Agora, com esse projeto, estamos exigindo que essas empresas beneficiadas destinem parte do que devem ao leão a dois fundos: ao Feinad/MS (Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência) ou ao fundo do idoso [Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI/MS)]. Não estamos pedindo nenhum favor a essas empresas. Estão ganhando dinheiro em Mato Grosso do Sul? Pois então que contribuam, que deixem um pouco de dinheiro em Mato Grosso do Sul. Senão corremos o risco de ver outras empresas nacionais, mesmo multinacionais, a vir aqui ganhar dinheiro e depois destinar parte do seu imposto para ações beneficentes em favela carioca, lá no Nordeste... Nada contra a favela carioca, tampouco contra o Nordeste, mas temos problemas reais aqui para resolver, temos de combater e erradicar nossa própria pobreza, temos toda uma agenda social que precisa ser desenvolvida aqui. Numa primeira investida estabelecíamos a obrigatoriedade da destinação de recursos para esses dois fundos, só que não para todas as empresas; agora essa obrigatoriedade alcança não apenas as indústrias que tenham termo de acordo, mas também aquelas que se beneficiam de outros incentivos fiscais (por decreto, por exemplo): aí alcança frigoríficos, alcança a Petrobras, a UFN3 lá de Três Lagoas, alcança uma série de empresas que possuem outros tipos de incentivo. Ou seja, é uma versão bem mais abrangente. Quero cumprimentar o deputado Junior Mochi, que sugere (ideia que subscrevo integralmente) que façamos essa discussão também no âmbito do esporte e da cultura. Por quê? Porque até 9%, deputado Pedro Kemp, até 9% do Imposto de Renda da pessoa

jurídica podem ser colocados nesses fundos, sem nenhum tipo de ônus para essas indústrias. Então estamos aqui, para concluir, presidente, dotando esses segmentos (do idoso, criança e adolescente, do esporte, cultura e lazer) de recursos assegurados no orçamento do estado, para que se possa fazer uma política pública de verdade. Peço o voto *sim* dos colegas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Faço dois registros, deputado. Um, que havia um entendimento que era 1% da *receita* (Vossa Excelência citou o caso da Petrobras), e não é, é 1% daquilo que é faturado no Estado de Mato Grosso do Sul (há empresas com faturamento no Brasil todo, no mundo todo), mas isso está resolvido agora com a lei. E, segunda observação: Vossa Excelência disse *eu aprovei...* Não. Vossa Excelência apresentou a lei e o Plenário, entendendo que era uma ótima ideia, aprovou antes e deverá aprovar também agora.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Ah, é verdade, o senhor tem razão, presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não, deputado Junior.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permita-me um aparte. Primeiro quero cumprimentar os senhores deputados, professores (em nome da professora Deumeires, presidente da Fetems, e do professor Jairo) e demais presentes. Bem, eu quero parabenizar o deputado Pedrossian Neto pela brilhante iniciativa. Nós pedimos vista do projeto, lá na CCJR, e apenas apresentamos uma subemenda (a 04), justamente para ampliar o escopo do investimento e para que esses recursos oriundos de doação, dentro dos limites estabelecidos em lei, feita pelas empresas incentivadas, pudessem também ser investidos nas áreas da cultura e do esporte — dos projetos obviamente aprovados tanto pela Lei Rouanet quanto os aprovados em função da lei de incentivo ao esporte. E o Estado tem justamente uma carteira de projetos dentro da Fundação de Cultura e dentro da Fundesporte que podem ser abrangidos... Nosso intuito, com a Subemenda 04, foi simplesmente o de ampliar a abrangência da belíssima ideia do deputado Pedrossian Neto, o que trará recursos significativos para o Estado melhorar, e muito, tanto a atenção à criança, ao adolescente e ao idoso como a atenção à cultura e ao esporte. Por isso, senhor presidente, vou votar sim, e parabenizo mais uma vez o autor, deputado Pedrossian Neto.

Projeto de Lei nº 018/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 261/2025. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Modificativa 01,

à Emenda Supressiva 02, à Emenda de Redação 03 e à Emenda Modificativa 04, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Registramos e agradecemos a presença do senhor Márcio Barbosa de Souza, vereador do município de Coxim; do senhor Ricardo Bueno, tesoureiro do Sindicato da Saúde do Mato Grosso do Sul; e da Giovana Silveira, vereador de Naviraí.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar o voto, tem a palavra o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, acho muito importante esse Refis que o Governo está fazendo, e por várias razões. Primeiro, para que o Estado possa ter caixa suficiente para arcar com suas responsabilidades constitucionais, com as suas competências e, segundo, porque estamos vivendo um momento de desaceleração da economia, haja vista as inúmeras dificuldades que muitos dos nossos empresários estão enfrentando. O Refis, portanto, vem num bom momento, para atender o micro e o médio empresário do estado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para justificar o voto, senho presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para dar sua justificativa, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Talvez a inovação maior desse projeto, em relação a outros Refis, é que há um artigo expressamente dispondo que os débitos tributários correspondentes a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2025 poderão ser pagos até 30 de dezembro deste ano, com desconto de 80% nas multas e de 40% nos juros, se à vista, e com redução de 75% nas multas e 35% nos juros, se em parcelas, incluídos aí os débitos do Fundersul.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, queira justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu fui governador durante oito anos, e sempre tive um apoio enorme desta Casa, com uma enorme contribuição dessa figura querida, símbolo do Poder Legislativo do Estado, que é o deputado Londres Machado, que nos ajudou muito. Portanto sei muito bem o que significa um projeto desses. Quando o Governo do Estado propõe Refis, a renegociação de dívidas não pagas, significa que ele precisa botar recurso no caixa, ou seja, significa que ele está com dificuldades financeiras. Portanto, em que pese sermos preteridos no projeto futuro, em que

pese termos de sair do Governo, eu quero dizer (com a permissão do deputado Pedro Kemp e da deputada Gleice) ao governador Riedel, alto e bom som, na presença do líder do governo nesta Casa, o deputado Londres Machado, que conosco ele pode contar. Eu sei que ele precisa fazer caixa, e não seria nessa hora de dificuldade que nós do PT nos omitiríamos. Voto sim, em benefício do Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 261/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte votos favoráveis, nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 02 requerimentos, 24 indicações e 04 moções de congratulação. Entre os requerimentos, há o do sindicato da Assembleia pedindo para se manifestar no dia do servidor. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu apresentei um requerimento de informações ao secretário de Educação, no dia 21 de outubro, relativamente ao processo seletivo para a contratação de professores temporários e também ao concurso público, isto para compreendermos qual é a proposta do Governo para o início do próximo ano letivo: queremos saber quando será publicado o edital do processo seletivo, o cronograma preestabelecido para as inscrições, para a seleção, para o resultado contendo os nomes dos profissionais; se o processo seletivo contemplará a valorização por titulação (graduação, mestrado e doutorado); qual é o número estimado de vagas; e também se se pretende ampliar o quadro de professores efetivos por meio de concurso público. Fiz aqui vários questionamentos, mas o meu requerimento não entrou ainda na Ordem do Dia. Gostaria então de solicitar que esse requerimento entre na Ordem do Dia na próxima semana, pois já vamos entrando em novembro e essas informações são importantes para a categoria. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência tem o número do requerimento, por gentileza?... Se não tiver agora, pode passá-lo depois para a minha equipe. Encerrada a Ordem do Dia. Agora, a requerimento do deputado Pedro Kemp e da mesa, nós vamos suspender a sessão para ouvir a presidente da Fetems, a senhora Deumeires Marais. Informo à nossa convidada que seu prazo de manifestação é de quinze minutos, que ela não poderá se desviar do tema aprovado e que os senhores deputados,

ao final, poderão se manifestar. Com a palavra, a nossa presidente Deumeires [sessão suspensa às 10h37].

SENHORA DEUMEIRES BATISTA MORAES (presidente da Fetems) — Obrigada, deputado Gerson Claro. Bom dia a todos, especialmente aos trabalhadores em educação. Agradeço às nossas presidentas, aos nossos presidentes e à direção da Fetems pela organização desta grande e maravilhosa mobilização. Cumprimento os deputados e deputadas e agradeço também ao deputado Pedro Kemp, que viabilizou a fala da Fetems nesta tribuna. A mobilização de hoje é mais um ato de uma grande campanha que se iniciou no mês de abril, com a 26ª Semana em Defesa e Promoção da Educação Pública, e uma das principais pautas, debatida nacionalmente, é a realização de concurso público. Esta mobilização é a culminância de um processo que nós iniciamos lá em abril. Estamos aqui para manifestar a preocupação da Fetems e de todos os trabalhadores em educação com a qualidade da educação pública que está sendo ofertada ao cidadão sul-mato-grossense, seja na rede estadual, seja nas redes municipais de ensino, bem como com a desvalorização dos educadores que atuam nesse sistema de ensino. Em vista disso, trazemos duas pautas importantíssimas para apresentar e debater com os nobres deputados. A primeira é sobre a valorização dos funcionários de escola: conclamamos às senhoras e aos senhores que se juntem a nós nessa luta, para que possamos reivindicar ao Governo do Estado a implementação da tabela dos administrativos na sua integralidade, contemplando a formação de nível superior. Entendemos que a Lei Complementar nº 342, de 17 de dezembro, de 2024, aprovada por esta Casa de Leis, já garante o direito aos funcionários administrativos de receber por tal formação. Portanto, é fundamental implementar a tabela, conforme rege a legislação vigente. A valorização desse segmento, que presta um relevante serviço nas unidades escolares públicas, implica por certo a melhoria na qualidade da educação que está sendo ofertada. Essa reivindicação custará aos cofres do Governo, pasmem, senhoras e senhores deputados, a irrisória quantia de R\$ 29 mil, e contemplará 74 merendeiras, que se formaram no ensino superior. A Fetems e os 74 sindicatos estão orgulhosos por ver Mato Grosso do Sul como o primeiro estado no país a conquistar essa formação pela universidade pública. Esse curso para funcionário de nível superior traz não só dignidade para esses profissionais, melhora também a qualidade da educação pública, da escola pública. A segunda pauta, não menos importante, é a necessidade de realização do concurso público, em vista do avançado número de professores temporários, situação recorrente não só aqui mas no país todo. Aqui é alarmante, porque temos mais de 60% de professores temporários, uma situação obviamente precária de trabalho; esses professores têm salários menores do que aqueles percebidos pelos efetivos, não têm direito à carreira, não têm direito à estabilidade. Isto vem na contramão do texto que estamos debatendo para construir o Plano Nacional de Educação (depois vamos trabalhar também na construção do plano estadual e dos planos municipais), que versa sobre a valorização dos profissionais da educação e sobre o papel fundamental que exercem para o desenvolvimento do país. Agora eu peço licença para lhes apresentar um quadro atual da nossa rede estadual de ensino. De cada dez professores em

exercício, seis são temporários. A prestação de contas dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), traz em seu relatório a seguinte composição: 7.100 professores efetivos e 12.100 temporários. Desses temporários, apenas 8.500 estão lotados nas escolas, os demais estão lotados em projetos e sabe-se lá onde. Nas redes municipais, a média não é muito diferente, nestas pelo menos 50% dos docentes são temporários. O Diário Oficial do Estado nº 11.845, de 2 de junho de 2025, anuncia em seu suplemento, da página 2 à 26, a existência de mais de três mil vagas puras disponíveis para o concurso de remoção dos professores efetivos; vagas puras que, segundo a Constituição Federal, deveriam ser preenchidas por professores aprovados em concurso público. Diante do quadro apresentado, é urgente a realização do concurso público, tanto na rede estadual quanto nas municipais, ainda mais neste ano, quando estamos debatendo o Plano Nacional de Educação. Esse PNE, que vai regulamentar a educação para os próximos dez anos, isto é, de 2026 a 2036, precisa cumprir o que dispõe a Constituição Federal, que é a realização de concurso público. Esperamos com isso oferecer à sociedade brasileira uma educação pública de qualidade, laica, democrática e inclusiva, com a valorização dos profissionais da educação. Quero dizer, citando aqui o deputado Rinaldo, presidente da Comissão de Educação desta Casa, que a nossa reivindicação é totalmente possível, porque lá nos anos de 2003, 2004, 2005, dentro do mandato do então governador Zeca, nós tivemos um efetivo de professores concursados de mais de 85%, e isto não onerou o caixa do Governo. Então é perfeitamente razoável trabalhar pelo concurso público, trabalhar pela valorização desses profissionais que ajudam a construir a sociedade que queremos. Aqui cabe um reconhecimento ao deputado Zeca, pela valorização dos trabalhadores em educação promovida em seu governo. Gostaria humildemente lembrar, deputado Gerson Claro, que o senhor já foi professor convocado e sabe da insegurança que essa condição impõe a esses profissionais, sem falar que a rotatividade em nada contribui para o incremento da qualidade da escola pública. Em nosso entender, portanto, é necessário que os senhores deputados, representantes do povo que são, façam ecoar nossa voz junto ao Governo, que levem até ele a nossa reivindicação do concurso público, para que possamos transformar essas mais de três mil vagas puras em vagas preenchidas por professores efetivos, concursados. Conclamos os senhores parlamentares a que se somem a nós na defesa do concurso público, que dará aos trabalhadores em educação temporários a dignidade que eles merecem, o direito aos três pilares que defendemos: salário, carreira e jornada; e o direito a uma previdência própria, que, sem dúvida, contribuirá na construção de uma educação pública de qualidade que a população de Mato Grosso do Sul merece. Viva a educação pública! Vivam os trabalhadores em educação! [aplausos]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou passar a presidência ao deputado Renato Câmara. Daqui a pouco falarei do plenário e vou receber também o documento da Deumeires [reaberta a sessão às 10h50] ... Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, manifesto meu total apoio à reivindicação da Fetems. Existe de fato uma grande distorção nesse instituto de convocação de professores, distorção que precisa inclusive ser analisada pelo Ministério Público do estado — porque professor convocado é na verdade para substituir efetivo, e não para ocupar vagas puras. Outro problema que aflige a categoria é o da redução salarial dos convocados. Hoje, como disse a professora Deumeires, 60% dos professores do estado são *convocados* e recebem a metade do salário dos efetivos. Essa redução provocada pelo Governo do Estado cria na prática duas categorias de professores, que, embora fazendo o mesmo trabalho, exercendo a mesma função, recebem salários muito diferentes. Além disso, o aumento do número de convocados implica prejuízo para a previdência do estado, afinal o convocado contribui é com o INSS, não com o fundo de previdência. É por isso que nunca se consegue cobrir o rombo da Ageprev... Outra questão é que o professor convocado tem o direito de receber o FGTS, mas o Estado não paga, aí ele tem de entrar na justiça — felizmente a justiça tem dado ganho de causa aos professores. Seja como for, é uma situação que cria problemas para o Estado, que precisa refletir melhor sobre a situação e realizar o concurso, pelo menos para preencher as quatro mil vagas puras hoje existentes. E mais, os administrativos que fazem seu curso superior, de acordo com lei aprovada por esta Casa, a do Profuncionário, têm o direito de receber a gratificação correspondente no salário — e vejam só a fortuna que vai representar isso para o Estado: 29 mil reais! Isso aí não é nada para os cofres do estado. Nós precisamos reconhecer também a importância dos servidores administrativos. Queria também corroborar as palavras da professora Deumeires acerca da atuação do governo Zeca do PT... Vossa Excelência, deputado Zeca, entregou o governo com 85% de professores efetivos! porque nós fizemos concurso público lá atrás. Quando Vossa Excelência assumiu o governo (eu era secretário de Educação), o professor recebia 54 reais de salário! esse era o salário-base, que depois era complementado com aqueles chamados penduricalhos. E o administrativo recebia 27 reais de salário-base, também complementado até o salário mínimo, que na época era de 132 reais. Então eu acho que o Estado precisa voltar a valorizar os professores, através do concurso público, para que esses profissionais contribuam também com a previdência, tenham direito a uma carreira, aos benefícios da carreira; e para acabar com essa precarização do serviço prestado na educação do Mato Grosso do Sul.. Então eu penso que nós deputados temos de nos reunir, considerar as reivindicações da Fetems e intermediar um entendimento com o Governo para que essa demanda seja acolhida. Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Se o senhor me permite, presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado Zeca, há a lista de inscrições, eu vou anotar o seu interesse em se manifestar... Vejo também, Deumeires, que são justas as reivindicações, o vereador Almir Fagundes sempre me relata os encaminhamentos, enfim, sou favorável às demandas de vocês. Com a palavra a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, professoras, professores. Venho aqui para me somar a vocês nessa luta, não só como deputada, mas como professora e sindicalista que sou. O quadro retratado pela professora Deumeires é já delicado, mas quando eu ando pelas escolas e converso com os professores, a impressão que eu tenho é que a situação é ainda pior. Eu tenho perguntado reiteradamente em inúmeras escolas quem é convocado e quem é efetivo, e assustadoramente há escola com menos de 10% de professores efetivos. O quadro de contratados nas escolas é muito grande, e nós precisamos fazer essa discussão, porque precisa haver uma continuidade no trabalho, uma continuidade no fazer pedagógico, mês a mês, ano a ano, e o professor contratado não tem essa segurança, sabe que não poderá dar sequência no seu trabalho. E essa continuidade tem implicações positivas no contato com a comunidade, na organização da escola, no fazer pedagógico e no desenvolvimento educacional da criança, enquanto que a ausência dela, a ausência de professores efetivos, ao contrário, tem um efeito negativo na educação do estado. Portanto é urgente o concurso, não dá mais para esperar. Estamos também acompanhando a luta dos administrativos, que também reclamam do número insuficiente de servidores, da sobrecarga de trabalho e do tratamento diferenciado entre o efetivo e o contratado — o contratado ou terceirizado estão sempre no prejuízo. Não são duas categorias, deputado Pedro Kemp, são na verdade três: o efetivo, o contratado (de sala de aula e de projeto) e o terceirizado. O terceirizado já é uma realidade na escola, parece que o governador quer mesmo implementar esse modelo na educação de Mato Grosso do Sul. No período eleitoral, no segundo turno, eu andei pelas escolas e sei, a promessa era: concurso público, equiparação salarial, fim dos 14%, valorização do administrativo... A promessa foi boa, já está na hora de pagar a promessa, que ano que vem já é ano eleitoral de novo. O movimento então é justo, necessário, contem conosco, espero que com toda a Casa, porque o concurso público é importante para o desenvolvimento da educação e para a garantia de um estado forte. Sem servidor público não há serviço público. Parabéns pelo movimento, continuemos firmes e fortes na luta, porque esse é o caminho necessário para a sociedade. Obrigada [aplausos].

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Professora Deumeires, não quero ser redundante, mas é como disse Vossa Senhoria, o problema é no Brasil inteiro. Mas não é por ser nacional a escala do problema que nós vamos ficar de braços cruzados. Recentemente estive com uma deputada de Santa Catarina, presidente da Comissão de Educação... aliás, Gleice e eu fazemos parte do Fórum Nacional dos Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias, constituído para discutir o plano nacional — e consequentemente o estadual — de educação. O fato é que Mato Grosso do Sul supera a média nacional, é como disse Vossa Senhoria, são 60%. Eu fui professor convocado, membros da minha família foram professores convocados. O que eu quero dizer, como presidente da Comissão da Educação, é que ao longo da minha história aqui sempre estive

ao lado de vocês, e não será diferente agora. Nós vamos caminhar juntos para resolver essa situação e trazer a tranquilidade; porque não é possível que educadores debaixo do mesmo teto, com a mesma grade curricular, sejam tratados de formas distintas, há professores com doutorado vivendo essa situação. Portanto quero aqui hipotecar nosso incondicional apoio às causas que Vossa Senhoria traz aqui em nome da categoria. Muito obrigado.

SENHORA DEUMEIRES BATISTA MORAES (presidente da Fetems) —
Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Em primeiro lugar, quero cumprimentar a nossa presidente da federação, pelo pronunciamento oportuno, profundo, qualificado e importante que traz para esta Casa. Em segundo lugar, com todo o respeito à bancada governista, que ainda resiste e continua aqui conosco, gostaria de pedir a esses colegas que entendam o pronunciamento que a nossa presidente faz não como protesto, não como agressão, não como lamento, mas como clamor e súplica de uma categoria que é a mais importante, a mais invejável, a mais lutadora do estado. Quero dizer ao Governo, que provavelmente nos está assistindo, que tome cuidado, promessa não enche barriga de ninguém. Chega! Se há alguém, senhor presidente, e se há alguém, senhor governador, que sabe dar a resposta no momento oportuno, é a Fetems. Tomem cuidado, tratem de atender essa gente. Para concluir, quero propor, respeitosamente, ao presidente da nossa Casa, com a força política que tem, que procure o Governo para que se forme uma comissão para dar urgentemente uma resposta à categoria a respeito das ponderações feitas aqui e a respeito dos compromissos assumidos na campanha eleitoral passada. Obrigado, presidente.

SENHORA DEUMEIRES BATISTA MORAES (presidente da Fetems) —
Obrigada. Nós vamos protocolar um pedido direcionado ao presidente Gerson Claro, ao secretário Hélio Daher e também ao Ministério Público: um abaixo-assinado contendo mais de 90 mil assinaturas, coletadas em todo o estado, pedindo a realização de concurso público.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Mais uma vez, presidente, quero agradecer a oportunidade e cumprimentar as pessoas que vieram aqui na data de hoje, com reivindicações absolutamente legítimas. Eu quero então me somar à categoria nessa iniciativa, porque estamos todos, legislativo, governo, sociedade, implicados nessa luta pela valorização da educação em Mato Grosso do Sul. Agora, fazer esse concurso público não será nenhum favor do Governo, aliás esse é o intento do governador Eduardo Riedel. Nós

tivemos um avanço no salário do professor efetivo, agora precisamos também de um aumento no salário do convocado; e não se trata apenas de questão salarial, estamos falando também da precarização do vínculo, esse excesso de trabalho está deixando o professor doente. Nós precisamos encontrar formas de fortalecer e valorizar a categoria, de construir uma solução junto com o Governo do Estado. A proposta do deputado Zeca, de criar uma comissão, parece-me adequada. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Quero registrar o recebimento das reivindicações da Fetems. Quero dizer ao deputado Zeca do PT, ao nosso presidente em exercício, aos profissionais da educação, que esta Casa leva sempre em consideração as lutas de todos os setores, especialmente da educação, tudo sempre pautado no diálogo, no respeito, que este tem sido nosso jeito de trabalhar. Nós recebemos então as reivindicações da Fetems, ouvimos a manifestação de sua presidente e vamos com certeza tratar do tema com o Governo e, se o caso, formar a comissão sugerida, pelo menos para discutir alguns números, como este das 3.500 vagas puras, que me surpreendeu; eu, que fui da educação, conheço um pouco, sei que *cedência* não é *vaga pura*... Enfim, é no diálogo que se constrói a melhoria, foi assim que já conseguimos alguns avanços para partes da categoria, sob o comando do Jaime, sob o governo Zeca, sob o governo André Puccinelli, este último tendo deixado inclusive lei para ser cumprida, orientação que foi seguida pelo governo Reinaldo. Em suma, trabalhamos para continuar avançando, com respeito e responsabilidade. Podem contar com esta Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero agradecer a presença de todos, vocês são muito bem-vindos aqui na Assembleia Legislativa. Parabéns e um bom retorno. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h09min).